



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e quatro dias de agosto de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião, dando as
4 boas vindas a todos os presentes. Solicitou a presença de um representante usuário e um
5 gestor para a composição da mesa. O Sr. Armando representou os conselheiros usuários e o
6 Sr. Luíz representou os conselheiros gestores. Logo após, o Sr. Mariante assumiu o lugar do
7 Sr. Armando na Mesa Diretora. O Sr. Porsani realizou a leitura das pautas, sendo: **I.**
8 **Informes; II. Votação da Ata de 27 de julho; III. Apresentação, discussão e votação do**
9 **Plano de Ações e Metas 2011, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST);**
10 **IV. Apresentação, discussão e votação do Plano de Ações e Metas 2011, da Vigilância em**
11 **Saúde (VISA). I. Informes:** Sr. André informou a data proposta para a reunião da comissão
12 de estudos sobre o modelo de convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço de
13 Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. Apontou que a proposta para a reunião é para o dia 06 de
14 setembro, às 14 horas, no SSCF, para discutir a natureza jurídica da relação convenial. O Sr.
15 Ednilson cobrou o levantamento solicitado para o Dr. Saraiva sobre o estudo para a
16 construção do Centro de Saúde do Parque Jambeiro. Cobrou a reunião que deveria ter sido
17 agendada com o secretário. O Sr. Gerardo falou sobre as ações realizadas em Campinas,
18 sendo decisivas para o *impeachment* do Dr. Hélio, com ações que impediram a corrupção na
19 saúde. Convidou a todos para o dia 07 de setembro, para o grito dos excluídos, onde haverá
20 o bloco da saúde, contrários à privatização da saúde. Parabenizou os militantes dos
21 movimentos sindicais pelas lutas contra as ações arbitrárias dos corruptos contra a saúde do
22 trabalhador. Convidou para o dia 25 de setembro, para a 3ª plenária do Movimento Sindical
23 e popular, em defesa do CEREST e dos trabalhadores. Cobrou a participação dos sindicalistas
24 do Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Bruno falou sobre a Radioterapia do CAISM, lendo
25 um documento deste serviço. Apontou que o serviço social deste hospital demanda a
26 formalização do acordo entre o CAISM e a SMS sobre o transporte de retorno das pacientes
27 da radioterapia. Ressaltou que o retorno é somente das pacientes de Campinas, pois as
28 pacientes de outros municípios vão com os transportes das respectivas cidades. Falou que as
29 pacientes de Campinas, que dependem do transporte da SMS esperam muito, sendo que, às
30 vezes, chegam a esperar o dia todo. A Sra. Raquel informou, em nome dos profissionais de
31 Psicologia, que fora formalizado um Fórum Nacional contra a medicalização na educação.
32 Explicou tratar-se de uma questão séria do ponto de vista da saúde e da educação. Explicou
33 ser uma problemática muito séria, do ponto de vista da saúde e da educação, onde vem sido
34 adotado um procedimento não crítico de medicalizar as crianças que são encaminhadas ao
35 atendimento da saúde por problemas de comportamento dentro das escolas. Explicou que
36 com essa situação, as crianças, ao invés de melhorarem, estão piorando a sua própria saúde
37 e a de sua família. Afirmou ser uma situação fora de controle. Convidou as pessoas
38 interessadas neste debate, onde o fórum ocorrerá em novembro, em São Paulo. Protocolou
39 uma solicitação formal para avaliar quantos medicamentos Ritalina Campinas já vendeu esse
40 ano. A Sra. Neusa denunciou que no dia 12 de setembro, o Centro de Saúde Santa Lúcia



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 ficará sem médico clínico-geral. Convidou todos os conselheiros para realizarem um ato na
42 frente da Prefeitura, no dia 08 de setembro, quando o secretário municipal de saúde
43 receberá o conselho local de saúde desta unidade. O Sr. Mariante falou sobre o
44 encaminhamento da resolução do CMS, sobre a municipalização da gestão do Complexo
45 Hospitalar Ouro Verde, onde o prazo de seis meses, estabelecido pelo CMS, finalizar-se-á em
46 novembro. Solicitou que o CMS retome a deliberação, onde, caso a SMS não apresente uma
47 proposta, será configurada a intenção do governo, ou seja, não respeitar a resolução do
48 CMS. Afirmou que mesmo depois de tanta discussão sobre o assunto neste conselho, a
49 moção de repúdio e a resolução, seria importante estabelecer que seja discutido o assunto
50 em uma reunião próxima, onde a SMS apresentasse as ações referentes à resolução.
51 Afirmou não ter sentido debater o assunto no conselho e não ser respeitado pela SMS. Falou
52 sobre o orçamento, onde o CMS aprovou uma resolução de que a SMS traria para o CMS, a
53 proposta da peça orçamentária da saúde do próximo ano. Concordou que o orçamento deve
54 ser discutido e aprovado pelo CMS e que é discutido posteriormente com outras secretarias.
55 Apontou que o prazo para o envio da proposta do orçamento para a Câmara é dia 30 de
56 setembro, afirmando ser o mais razoável que o CMS pautasse essa discussão para a próxima
57 reunião extraordinária. Lembrou que a resolução afirma que o CMS deverá avaliar, discutir e
58 aprovar o orçamento para a saúde. Afirmou que existe a vontade que o CMS assuma o papel
59 no controle social, não para a política do fato consumado, ressaltando a necessidade de
60 discutir o assunto bem antes de ser encaminhado à Câmara. O Sr. Trombetta afirmou que,
61 para matar as capivaras, a Vigilância em Saúde funciona. Falou que a incompetência, a
62 omissão e a conivência de alguns gestores da SMS e da VISA permitiram que as capivaras
63 fossem abatidas. Alegou que não existe fiscalização sobre as antenas de celulares, sendo
64 essa uma real necessidade de atenção da VISA. Informou que a omissão da SMS é grande e
65 relatou que nunca foi realizada a prestação de contas do CHOV e da SPDM, sendo sempre
66 negada. Alegou que o Dr. Pedro Humberto, na época em que era presidente, afirmou que
67 não era papel do Conselho Fiscal pedir as prestações de contas e, sim, papel do presidente.
68 Informou que entrara com um mandato de segurança, em janeiro, solicitando a prestação
69 de contas do CHOV, onde o juiz deferiu em favor do CFS. Apontou que a decisão gera
70 jurisprudência. Alegou que, quando o CMS quer, não deve escutar as mentiras que os
71 procuradores da Prefeitura contam, como no caso do CHOV. A Sra. Juliana convidou para o
72 espaço, que vem sendo organizado pelo coletivo “Coletivo de Trabalhadores em Luta”, a ser
73 realizado no dia 10 de setembro, às 09 horas, no Sindicato dos Químicos, para discutir a
74 avaliação de desempenho dos servidores. Afirmou que esta avaliação vem ocorrendo,
75 porém existem algumas considerações a serem feitas, ainda mais em um momento político
76 complicado como o que Campinas vem vivenciando. O Sr. Rodrigo solicitou uma proposta de
77 pauta para discutir o momento em que vivem os trabalhadores da Saúde Mental, onde
78 existem questões estruturais dentro do município, principalmente relacionadas à assistência
79 à usuários de álcool e outras drogas. Afirmou que existe uma série de projetos elaborados
80 pelas equipes, necessitando de apoio para a continuidade destes. Propôs que o CMS discuta



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 estes projetos, para construir essas políticas públicas de saúde. Apontou a necessidade do
82 debate sobre a assistência a pessoas usuárias da Saúde Mental, principalmente em relação
83 ao autismo. O Sr. Armando falou sobre a reunião do Movimento Popular de Saúde, realizada
84 no dia 23 de agosto, onde foram discutidas situações precárias de centros de saúde, com a
85 falta de muitos itens e profissionais. Propôs a participação de todos os conselheiros no grito
86 dos excluídos, no desfile cívico de 07 de setembro. Afirmou que será protocolada uma carta
87 aberta ao Prefeito e ao Conselho Municipal de Saúde, dizendo como anda a saúde na cidade.
88 O Sr. Genézio propôs que seja discutido o quadro de recursos humanos na saúde, pois
89 ocorrerão muitas inaugurações de centros de saúde, sem o devido quadro de recursos
90 humanos. Afirmou que acompanhou um conhecido para ser atendido pela Oftalmologia,
91 onde estão sendo atendidos os pacientes que aguardam desde novembro de 2010. Apontou
92 estar preocupado com a demora no atendimento de Oftalmologia. Solicitou que a Comissão
93 Executiva se preocupe em fazer um debate mais focado neste aspecto. Reafirmou que as
94 ópticas tem substituído o papel da SMS em oferecer consultas gratuitas de Oftalmologistas,
95 o que deve ser fiscalizado. Solicitou que seja feito, urgentemente, um debate sobre essa
96 questão. Convidou a todos para o Seminário Internacional Paulo Freire, que ocorrerá nos
97 dias 12 e 13 de setembro, na UNICAMP. A Sra. Maria Gil apontou que morreram pacientes
98 por falta de médicos, ano passado, no Centro de Saúde Santa Lúcia. Afirmou que não havia
99 médicos para atender um paciente encaminhado pela ambulância, no Centro de Saúde
100 Santa Lúcia. Questionou porque existem muitos médicos em algumas unidades e poucos em
101 outras. Afirmou que denunciará aos Direitos Humanos, caso algum paciente venha a falecer
102 por falta de atendimento. A Sra. Marina afirmou que o CAPS Davi Capstrano tem sido vítima
103 de assaltos à trabalhadores, em horários de entrada ou saída, sendo muitas ocorrências à
104 mão armada. Informou que os trabalhadores do CAPS realizaram uma paralisação, no
105 Distrito de Saúde Sul, juntamente com os usuários, seguido de uma passeata. Informou que
106 existem reivindicações de melhorias do prédio, em relação à questão da segurança. Apontou
107 serem melhorias paliativas. Ressaltou que o CAPS é um serviço de atendimento ininterrupto,
108 atendendo pacientes com a “porta aberta”, ou seja, sem agendamentos, onde a equipe se
109 orgulha deste tipo de atendimento. Afirmou existir problemas como falta de profissionais e
110 insumos, mas que é inadmissível trabalhar com medo. Falou que o serviço se localiza em um
111 local alugado, onde a última reforma data de 2008. Falou que a situação tem ficado
112 complicada. Alegou que não existe estacionamento para os funcionários que tem que se
113 locomover até os seus veículos, estando expostos à assaltos. Falou que está agendado para o
114 dia 02 de setembro uma reunião com o secretário de saúde, e convidou a todos os
115 interessados a participar da reunião do conselho local de saúde da unidade, a ser realizada
116 na última terça-feira do mês, onde caso algumas melhorias não forem revistas, será
117 necessário realizar uma discussão ampliada acerca o funcionamento da unidade. O Sr.
118 Adilson falou que, desde que eclodiu a crise política em Campinas, os gestores do nível
119 central da SMS vem se reunindo, há 3 meses, para discutir o assunto e a postura em relação
120 à crise. Realizou a leitura da segunda carta dos gestores ao Prefeito de Campinas. O Sr.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 Trombetta solicitou uma questão de ordem relacionada à carta lida, argumentando que a
122 mesma está atrasada, pois muitos gestores que assinam a carta vieram ao CMS afirmar que
123 tudo estava sob controle, uma vez que denunciou problemas de pagamentos ao Serviço de
124 Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. Colocou-se indignado que a carta tenha sido escrita somente
125 agora, em plena crise política no município. A Sra. Maria da Paz falou sobre problemas em
126 relação ao Centro de Saúde do Jardim Rossim, onde o engenheiro estaria entregando as
127 chaves na sexta-feira, porém o centro de saúde não tem a rede de esgoto. Perguntou como
128 será inaugurada uma unidade sem rede de esgoto. Apontou que não existe segurança, pois o
129 local é ruim, com muita ocorrência de vandalismo e drogas. Falou que não existe jardineiro,
130 onde os conselheiros cuidaram dos jardins, mas não tem quem molhe as plantas. Afirmou
131 que essas situações devem ser sanadas para permitir a inauguração da unidade. O Sr. José
132 Carlos informou o pleno sobre o pedido de afastamento do Sr. Lúcio por três meses,
133 assumindo a titularidade o Sr. Xavier; informou sobre o desligamento da Sra. Maria Cristina
134 Von Zuben, por faltas, assumindo a Sra. Matilde; informou sobre o desligamento do Sr.
135 Carlos Firmino, porém alegou que existe um empate entre os quatro primeiros suplentes dos
136 Movimentos Sociais, sendo que a Comissão Eleitoral realizará uma eleição na próxima
137 reunião, no dia 14 de setembro. Informou sobre o convite do Sr. Fábio Forte, para a
138 audiência pública da prestação de contas da SMS do 2º trimestre de 2011 – acumulado
139 janeiro a junho, a realizar-se no dia 29 de agosto, na Câmara dos Vereadores; falou sobre o
140 convite para a I Seminário Regional sobre a Doença de Chagas, no dia 02 de setembro; sobre
141 o convite para o debate “Estado Laico e os Direitos Humanos”, a realizar-se no dia 25 de
142 agosto. Informou sobre a consulta jurídica sobre a participação de conselheiros municipais
143 de saúde, do segmento dos trabalhadores em comissões de acompanhamentos de
144 convênios e realizou a leitura da resposta da Assessoria Jurídica. O Sr. Porsani falou sobre a
145 reunião extraordinária do dia 14, sendo que a pauta prevista deverá ser a discussão sobre o
146 quadro de recursos humanos da SMS. Falou sobre a ponderação do Sr. Mariante, sobre a
147 alteração do ponto de pauta, solicitando a discussão da peça orçamentária da SMS, devido
148 ao prazo de entrega. Apontou que o deve deliberar se o ponto de pauta, conforme sugerido
149 pelo Sr. Mariante deverá entrar na pauta da reunião do dia 14 de setembro. A Sra. Maria
150 Helena questionou se no dia 14, a LOA estará pronta. A Sra. Wilma apontou que no dia 14 de
151 setembro será discutida a questão do quadro de recursos humanos, sendo uma pauta
152 extensa, impossibilitando a discussão de qualquer outro ponto de pauta. O Sr. Severino
153 concordou com a Sra. Wilma, alegando que a questão do orçamento é uma questão
154 complicada, para ser pautada em conjunto com uma pauta tão extensa quanto à discussão
155 dos recursos humanos da saúde, dificultando a realização do debate com qualidade. O Sr.
156 Mariante explicou a sua solicitação, por se tratar de uma questão concreta, onde a reunião
157 do dia 28 de setembro estará muito próxima do dia 30 de setembro, prazo para o envio da
158 LOA à Câmara de Campinas. Alegou que trazer a discussão para o CMS no dia 28 e acreditar
159 que algo mudará, é irreal. Apontou que deve ser realizada a discussão com um prazo maior,
160 ou será uma discussão somente para dizer o que a SMS decidiu fazer, para o ano de 2012.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 Perguntou se é possível realizar uma outra reunião extraordinária. Alegou que deixar essa
162 discussão para o dia 28 de setembro é realizar um papel de “palhaço”. Alegou que as duas
163 pautas estão interligadas. Propôs que ocorra uma reunião no dia 21 de setembro. O Sr.
164 Porsani propôs que a pauta do dia 14 de setembro seja a discussão sobre os recursos
165 humanos da SMS, convocando também a discussão da LOA, caso dê tempo; caso não dê
166 tempo, automaticamente fica convocada uma reunião extraordinária para o dia 21 de
167 setembro. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA a proposta**
168 **apresentada pelo Sr. Porsani**, por unanimidade. **II. Votação da Ata de 27 de julho:** o Sr. José
169 Carlos explicou que, como a Sra. Izabel havia apontado correções na ata de 08 de junho,
170 onde foram incluídas as alterações e a nova ata colada no livro, devendo ser assinada pelos
171 conselheiros, uma vez que fora aprovada na reunião anterior. Em relação à ata de 27 de
172 julho, perguntou se algum conselheiro tinha alguma manifestação. O Sr. Mariante apontou
173 uma correção em sua fala. O Sr. José Carlos considerou a correção solicitada pelo Sr.
174 Mariante. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a ata de 27 de**
175 **julho**, considerando a correção solicitada, com 01 (um) voto contrário e 01 (uma) abstenção.
176 **III. Apresentação, discussão e votação do Plano de Ações e Metas 2011, do Centro de**
177 **Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST):** a Sra. Andréa realizou a apresentação do
178 PAM 2011 e falou sobre os problemas que tem ocorrido no CEREST. Abertas as inscrições, o
179 Sr. Severino falou sobre a questão do CEREST, onde o pessoal tem feito um trabalho
180 incansável e de muita qualidade, sendo que o PAM é pouco para todas as necessidades do
181 serviço. Falou sobre a necessidade de apoio irrestrito ao trabalho do CEREST, uma vez que o
182 trabalho da unidade é de reconhecimento de todos. Falou sobre o apoio do pessoal da
183 Vigilância em Saúde, o qual também sofre com a falta de condições de trabalho. Apontou ser
184 testemunha do trabalho do CEREST, pois tem acompanhado, enquanto sindicalista. Afirmou
185 que não basta somente aprovar o PAM, mas é necessário o apoio para que se resolvam os
186 problemas que o serviço tem passado. Propôs uma moção de apoio total à todas as
187 propostas que o CEREST encaminhou à Prefeitura. Alegou que, como conselheiro fiscal,
188 acompanhará se o recurso tem sido aplicado corretamente no serviço, onde não aplicar o
189 recurso fará mal ao trabalhador, pois o CEREST trabalha com a lógica da prevenção.
190 Ressaltou que todos são trabalhadores, inclusive os usuários. A Sra. Eloísa apontou que tem
191 denunciado, ao longo dos tempos, o sucateamento da VISA, onde não existem trabalhadores
192 suficientes nem condições de trabalho, inclusive na saúde do trabalhador e na prevenção.
193 Ressaltou que são áreas que necessitam de recursos humanos qualificados. Falou que a VISA
194 também lida com a saúde do trabalhador, uma vez que fiscaliza as condições de trabalho dos
195 locais. Falou que existe uma preocupação com a prevenção, uma vez que VISA procura
196 conscientizar os trabalhadores sobre os riscos do uso de medicações inadequadas, que
197 colocariam em risco a saúde destes. Ressaltou os acidentes de trabalho, os quais são
198 importantes, mas não se deve preocupar somente com essa questão, e sim, com a questão
199 da prevenção destes acidentes e com as condições de trabalho que poderiam causar
200 doenças ao longo da vida dos trabalhadores. O Sr. Rodrigo agradeceu a presença do CEREST



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 e colocou algumas questões, sendo um dos poucos serviços que fazem uma *interface* real
202 com os trabalhadores, no sentido amplo de prevenção e intervenções de mandatos de
203 segurança. Afirmou ser, de fato, um serviço de porta de entrada da saúde dos trabalhadores
204 e um termômetro da segurança destes. Alegou que para uma cidade que queira ser
205 desenvolvida, deve haver um investimento pesado nessas áreas, para que seja possível
206 trabalhar em diferentes perspectivas, onde a oferta ampla de emprego sem condições de
207 trabalho de nada valem. Falou sobre a necessidade de discutir as reais demandas, como
208 quais são os acidentes graves, a dimensão real dos números de trabalhadores do CEREST
209 neste momento. Falou os trabalhadores da área de reabilitação são os únicos que fazem
210 uma interface direta com o INSS, mesmo assim, padecendo de um diálogo maior, para
211 conseguir acompanhar os usuários que estão sendo atendidos pelo INSS. Falou que o CEREST
212 tem iniciativas para acompanhar os trabalhadores que estão em tratamento no INSS. Falou
213 que o serviço é essencial, sendo necessário ampliar a discussão para que, de fato, quando a
214 linha é trabalhada no controle social, não se deve retroceder, não ocorrendo um
215 investimento à altura do serviço que faça a regulação e a comunicação com outros órgãos,
216 para atender os trabalhadores. O Sr. Porsani falou sobre a situação do trabalho, onde cada
217 vez mais os trabalhadores estão adoecendo, graças ao ritmo frenético e a exigência de
218 resultados, desabando no INSS e na saúde pública. Defendeu que a sociedade precisa
219 realizar a discussão, pois não é mais possível que, em pleno século XXI, exista uma jornada
220 de trabalho semelhante ao século XIX. Afirmou que em todos os segmentos ocorrem essa
221 situação, onde através de celulares e laptops, as pessoas estão levando trabalho para casa,
222 sendo a saúde mental um dos principais problemas. Falou sobre a ação conjunta, pois desde
223 a época que participou do CEREST ocorreram ações para combater as práticas das empresas
224 que fazem o adoecimento. Apontou ser fundamental a realização de uma discussão
225 envolvendo sindicatos e a sociedade. Sugeriu que o CEREST apresente a necessidade, em
226 questão de profissionais, para que o CMS faça aprove a essa necessidade e faça constar na
227 reunião do dia 14 de setembro, onde será discutida a questão dos recursos humanos da
228 saúde, defendendo que no próximo concurso público, essas necessidades sejam atendidas.
229 O Sr. Gerardo expressou a sua indignação com a SMS e ao governo que vem sucateando a
230 saúde. Falou que para os operários, o CEREST não é apenas o centro de referência, mas o
231 modelo de saúde do trabalhador, sendo que esta SMS, de sete médicos, não existe um que
232 pense na saúde do trabalhador, onde respondem para os usuários verificarem se existem
233 médicos nas unidades básicas de saúde para atendê-los. Apontou ser vergonhosa essa
234 situação. Solidarizou-se aos funcionários do CEREST. Alegou que o modelo que a SMS vem
235 realizando tem um único objetivo, onde destrói e precariza, para depois privatizar,
236 contratando outras empresas para realizar o trabalho. Propôs uma resolução, onde faz
237 quarenta e seis dias que fora protocolado no gabinete do Prefeito, sem resposta, onde se
238 coloca todas as necessidades. Propôs que a resolução obrigue que o protocolado seja
239 atendido em oito dias e seja publicado em Diário Oficial; que seja reconhecida a dívida de
240 mais de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo que essa verba vem do



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 Ministério da Saúde para a Saúde dos Trabalhadores, e não de propriedade do governo ou
242 do secretário de saúde; e que essa verba seja aplicada na saúde do trabalhador
243 imediatamente, dentro do PAM apresentado. Propôs que a resolução obrigue que os R\$
244 30.000,00 (trinta mil reais) não vá para conta da famigerada e desastrosa administração
245 dessa SMS, e sim que seja depositada diretamente em uma conta própria do CEREST. A Sra.
246 Miriam esclareceu que a crise não é de agora, ou que pode ser colocada na mesma bacia da
247 crise geral do SUS, apesar de poder ser discutida como tal, no âmbito do sucateamento do
248 SUS. Afirmou que o problema maior do CEREST é a redução de cinquenta por cento (50%)
249 das horas dos técnicos trabalhando no centro de referência, nos últimos dez anos, não
250 ocorrendo à custa da descentralização da VISA, como alegado em algumas ocasiões, por
251 pessoas da SMS. Alegou que faltam médicos, psicólogos, fisioterapeutas, enfermeiros.
252 Alegou que a crise do CEREST está dentro da crise do SUS, mas o maior problema não é
253 somente esse absurdo de não haver pessoas trabalhando no CEREST, impossibilitando
254 realizar a saúde do trabalhador em uma região de dois milhões de habitantes como a de
255 Campinas. Alegou que o maior absurdo é ter abandonado a possibilidade de haver uma
256 política de saúde do trabalhador no município, onde a questão é que existem acidentes de
257 trabalho e nada vem sendo feito. Alegou que nem fora falado de adoecimento silencioso,
258 pois o CEREST não tem condições nem de acompanhar os acidentes de trabalho e a
259 prevenção. Afirmou que houve um acidente fatal recentemente, onde caiu uma grua na Av.
260 John Boyd, onde o CEREST ainda não conseguiu notificar o acidente, não conseguindo nem
261 levantar o nome do trabalhador. Questionou se o CEREST não consegue nem levantar o
262 nome do trabalhador que faleceu, como seria possível trabalhar com a prevenção. Afirmou
263 que a SMS trabalha com o desmando na área de saúde do trabalhador, sendo trabalhado
264 com a política que somente o CEREST é o responsável por essa questão, o que está errado,
265 onde essa política tem que ser assumida por toda a SMS. Alegou que a rede básica de saúde
266 deveria ter capacitação para auxiliar no atendimento à saúde dos trabalhadores. Afirmou
267 que existe um pré-conceito em relação ao CEREST, onde seus profissionais não são ouvidos
268 pela SMS, sendo tratados como radicais e colocados apenas como um intermediário entre o
269 SUS e a previdência social. Afirmou que a saúde do trabalhador é muito mais que isso.
270 Perguntou como é possível implantar essa política, de todos os níveis do SUS assumindo a
271 saúde do trabalhador, com uma secretária de saúde que nem se preocupa com o assunto. O
272 Sr. Mariante defendeu que o problema de jornada de trabalho deve ser discutido no
273 Congresso Nacional, convencendo os parlamentares a reduzir a jornada para quarenta horas
274 semanais e convencer a presidenta Dilma a sancionar a lei. Alegou que isso é um desafio
275 para o Ministério do Trabalho. Falou que existe outro problema, o qual não será o CEREST
276 que resolverá, uma vez que o Governo Federal faz uma propaganda a ampliação de vagas de
277 trabalho e o aumento do mercado de trabalho, porém não ampliou os postos de fiscalização.
278 Citou o exemplo do Ministério do Trabalho que deveria criar estes postos de fiscalização das
279 condições de trabalho. Defendeu que essas questões devem ser discutidas, caso contrário o
280 CEREST tornar-se-á uma espécie de “guarda-chuva” para os problemas do mundo. Defendeu



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 que o Governo Federal deve assumir suas responsabilidades com os trabalhadores. Falou
282 que existem muitas pessoas com trabalho análogo à escravidão. Afirmou que leu no material
283 enviado uma referência à redução das horas de trabalho no CEREST de 50% (cinquenta por
284 cento) ao longo dos últimos doze anos. Afirmou que algumas ações tem previsão de tempo
285 ou prazo, sendo que algumas estão com os prazos abertos. Perguntou se a questão das
286 horas de trabalho no CEREST está afetando a execução das ações do CEREST e se há alguma
287 previsão de planejamento de recuperação destas horas perdidas, em um prazo razoável. O
288 Sr. Adilson falou que a situação é de fato ruim, não só em relação ao programa de saúde do
289 trabalhador, mas em relação às políticas de saúde do trabalhador em todo o país. Ressaltou
290 ser um momento de discussão delicada, com a chegada dos chineses no mercado, com
291 práticas de trabalho extremamente agressivas em todos os pontos de vista, com os quais o
292 Brasil terá que lidar daqui para frente. Falou que foi visto, recentemente, o suicídio de um
293 executivo da *Toyota*. Relatou que, ao retirar seu passaporte, esteve em meio à cinquenta
294 trabalhadores da *Hyundai* oriundos da Coreia. Falou que o processo de treinamento de
295 trabalhadores em instituições, que sabidamente não lidam com a questão da saúde do
296 trabalhador, acabam formando os trabalhadores com uma outra lógica, extremamente
297 preocupante para a Saúde. Afirmou não ter dúvidas de que a área da saúde do trabalhador
298 deve ser prioridade hoje e sempre, sendo que a construção ocorre com os gestores e outros
299 atores, sendo técnicos, sindicatos e os trabalhadores do CEREST. Alegou serem verdadeiras
300 as afirmações que o CEREST está em déficit de pessoal e que o recurso da RENAST não vem
301 sendo executado completamente. Afirmou que não é possível, enquanto gestor negar os
302 problemas, porém ressaltou que no próximo concurso haverá vagas para médicos para o
303 CEREST, com especialização em saúde do trabalhador, entre outros profissionais. Sobre a
304 execução dos recursos da RENAST alegou ser de fato um problema, onde estão acumulando
305 no Fundo Municipal de Saúde. Afirmou ser impossível regularizar esse problema em uma
306 semana ou quinze dias. O Sr. Trombetta concordou com as pessoas que o antecederam.
307 Afirmou que se a Prefeitura e a SMS não direcionassem mais verbas para a COVISA e sim
308 para o CEREST muitas ações poderiam ser realizadas. Falou sobre o trabalho escravo dos
309 vendedores nos shoppings e dos taxistas. Falou que os trabalhadores são massacrados pela
310 classe política, onde os políticos tem a sua disposição os melhores hospitais do Brasil e
311 muitas outras regalias, e os trabalhadores nada tem. Afirmou que o dinheiro que iria para o
312 CEREST, não foi encaminhado pela SMS. Apontou que existe uma verba extra para a COVISA,
313 vinda do 11º andar da Prefeitura, para o contrato de algumas empresas. Afirmou que a
314 saúde do trabalhador é uma questão séria e que o problema enfrentado sirva de lição aos
315 gestores da VISA, onde os usuários estão atentos. Defendeu que o CMS não deve ser
316 conivente com as politicagens feitas pelos gestores. A Sra. Izabel falou que há alguns anos
317 atrás, alguns projetos foram realizados de acordo com os PAMs da VISA, do CEREST e da
318 AIDS, criando uma perspectiva de que dentro dos PAMs, as metas seriam cumpridas e as
319 verbas aplicadas e executadas dentro das regras. Apontou que os conselheiros e a população
320 ficaram felizes com a situação. Afirmou que participou do PAM do Programa Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 DST/AIDS, da comissão de acompanhamento de convênios e que participou da PAM da VISA,
322 sendo que os usuários tinham o entendimento que as ações seriam cumpridas, pois existia
323 uma previsão dos gastos do orçamento. Questionou o que valeu, no final das contas, todo o
324 trabalho de confecção dos PAMs. Lembrou que as verbas para os PAMs são oriundas do
325 Ministério da Saúde, onde, segundo o Sr. Fábio Forte, diretor do Fundo Municipal de Saúde,
326 existem cinco dias para a verba ser depositada na caixinha a qual o dinheiro está
327 direcionado. Perguntou o que está sendo feito do dinheiro que é depositado pelo Ministério
328 e não está sendo executado. A Sra. Andréa respondeu que existem dez profissionais no
329 CEREST, sendo médicos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, enfermeiro, auxiliares de
330 enfermagem, terapeutas ocupacionais, fisioterapeuta, auxiliares administrativos e
331 engenheiro. Em relação à quantidade de notificações de acidentes de trabalho do centro de
332 saúde Anchieta, verificou-se que a região estava sensível a estes acidentes de trabalho,
333 devido aos tipos de empresas que se localizam ali. Defendeu a necessidade de ter uma
334 equipe com o olhar de quanto o trabalho adocece. Em relação aos prazos, explicou que
335 algumas ações possuem prazos e outras não, sendo as ações estimadas e verificadas a
336 possibilidade de atingir a execução das ações. Ressaltou que a saúde do trabalhador é algo
337 contínuo, para que as ações tenham mais efeitos concretos. Apontou que outro aspecto
338 importante é que tem sido tentado, nos últimos anos, executar os recursos oriundos do
339 Ministério da Saúde, porém estes recursos não são suficientes para a realização das políticas
340 de saúde do trabalhador, não necessariamente somente para o CEREST e sim para os
341 planejados em diversas áreas. Falou sobre o emperramento de outras áreas da Prefeitura e
342 do Governo, onde se faz necessário seguir as regras do poder público. Falou que deve ser
343 discutida a participação das unidades básicas de saúde fazendo ações destinadas à saúde do
344 trabalhador. Ressaltou que não é premissa apenas do Ministério do Trabalho fiscalizar as
345 empresas, e sim todos os profissionais de saúde vinculados à VISA tem essa premissa de
346 verificar e notificar os riscos à saúde humana. Falou da importância dessa discussão e
347 priorização dessas ações para a população. A Sra. Vera Salerno apontou que os problemas
348 apontados são de vontade política. Afirmou que a pergunta realizada pela Sra. Izabel foi
349 muito boa, onde questiona que se o dinheiro vem do Ministério da Saúde direcionado para a
350 PUCC é aplicado na PUCC, porque o dinheiro destinado à saúde do trabalhador não é
351 executado nesta área. Afirmou que a explicação é a falta de desejo político por parte da SMS
352 e da Administração. Alegou que o problema com a falta de profissionais no CEREST também
353 é de ordem da falta de desejo político da administração. Afirmou que é necessária a
354 realização de concurso para fisioterapeutas, onde a atual fisioterapeuta do CEREST é
355 contratada sob o vínculo do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. O Sr. Adilson
356 concordou que existe interesse político. Explicou que o dinheiro é repassado diretamente
357 para a PUCC, pois existe um convênio entre a SMS e a instituição. Explicou que não existe
358 um convênio para a saúde do trabalhador, sendo um serviço próprio. Explicou ainda que não
359 tem um mecanismo para abrir um conta para passar o dinheiro direto para o serviço.
360 Solicitou que se alguém souber de alguma saída jurídica para a questão o avise. Explicou que



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 a verba da RENAST utilizada passou por um outro mecanismo, onde a administração pública
362 possui mecanismos burocráticos para essa execução. Apontou ser impossível repassar os
363 recursos da RENAST diretamente para o CEREST. Explicou que a execução dessa verba passa
364 por todos os trâmites da administração pública. A Sra. Izabel apontou que quando foi
365 aprovado o projeto para o RENAST, a verba deveria vir para a saúde do trabalhador, sendo a
366 verba vinda do Ministério da Saúde encaminhada direto para o CEREST, sendo dinheiro
367 carimbado. Perguntou as razões pelas quais essas verbas não foram executadas. O Sr.
368 Adilson respondeu para a realização da manutenção do CEREST foi necessária a formação de
369 uma licitação, não sendo possível a execução direta pelo serviço, de acordo com a Lei 8.666.
370 Ressaltou que não é possível passar essa verba para a gestão direta da coordenação do
371 CEREST. Apontou que o fato de ter a verba no Fundo Municipal de Saúde para uma
372 determinada ação, não garante que essa verba seja, de fato, executada. O Sr. Trombetta
373 perguntou por que é possível transferir médicos e trabalhadores do Serviço de Saúde “Dr.
374 Cândido Ferreira” para trabalhar no Complexo Hospitalar Ouro Verde e não é possível
375 realizar a transferência dessa verba. O Sr. Porsani explicou que perguntou para o Sr. Fábio
376 Forte, diretor do Fundo Municipal de Saúde, que explicou sobre a possibilidade de atender a
377 solicitação de abrir uma conta para o CEREST. Realizou a leitura da proposta encaminhada
378 pelo Sr. Gerardo, sendo: que a Secretaria responda positiva e imediatamente as
379 reivindicações feitas pelo Movimento Sindical e o Movimento Popular de Saúde, em carta
380 encaminhada pelo CEREST em 07 de julho de 2011; que o concurso público municipal
381 priorize e preencha as vagas necessárias para o pleno funcionamento do CEREST; que a
382 verba represada do RENAST seja imediatamente aplicada na Saúde do Trabalhador, de
383 acordo com o Plano de Ações e Metas da Saúde do Trabalhador; e que, a partir deste
384 momento, a verba mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) seja depositada em conta
385 específica do Centro de Referência da Saúde do Trabalhador. O Sr. Luiz solicitou uma
386 questão de ordem, argumentando que o CEREST não é uma pessoa jurídica, não sendo
387 possível possuir uma conta bancária própria. O Sr. Porsani respondeu que esclareceu com o
388 Sr. Fábio Forte, que alegou ser possível criar essa conta. Em regime de votação, o Conselho
389 Municipal de Saúde **APROVOU** a **resolução apresentada**, por unanimidade. Em regime de
390 votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU o Plano de Ações e Metas da Saúde do**
391 **Trabalhador – 2011**, com 01 (uma) abstenção. O Sr. Porsani solicitou a prorrogação da
392 reunião, por mais trinta minutos, conforme o Regimento Interno. Em regime de votação, o
393 Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a porrogação da reunião**, por unanimidade. **IV.**
394 **Apresentação, discussão e votação do Plano de Ações e Metas 2011, da Vigilância em**
395 **Saúde (VISA):** a Sra. Filomena apresentou o PAM, destacando as ações e metas a serem
396 realizadas, os compromissos da Secretaria Municipal de Saúde e as pactuações internas do
397 município com a Secretaria de Estado da Saúde e do Ministério da Saúde. Abertas as falas, o
398 Sr. Xavier falou sobre o caso dos catadores de reciclável, onde um cidadão armazena lixo em
399 sua residência, prejudicando os vizinhos. Perguntou se pode recorrer a VISA. Afirmou que o
400 Parque Oziel e o Jardim Monte Cristo estão infestados de caramujos, sendo um problema há



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



401 anos. Perguntou como a VISA pode ajudar nessa questão. Falou que existe um pequeno
402 meio de comunicação que pode ajudar muito os moradores, para avisá-los sobre a vacinação
403 de animais, porém este espaço não é utilizado. Questionou por que não se amplia a
404 comunicação das campanhas de vacinação e quando ocorrerá a próxima. A Sra. Eloísa
405 manifestou o seu repúdio, uma vez que a discussão sobre a VISA sempre fica por último na
406 pauta do CMS, onde ocorre o esvaziamento da plenária é bem visível. Perguntou por que as
407 capacitações técnicas na área da Vigilância não acontecem e existem reclamações dos
408 trabalhadores que o CETS não tem aprovado a capacitação técnica, sendo que o CETS não
409 realiza este tipo de capacitação específica para a área de Vigilância, inclusive com as práticas
410 de fiscalização. Alegou que sentiu pessoalmente essa questão. Defendeu a importância
411 dessa capacitação técnica, e não política, para o funcionamento da VISA. Perguntou quais
412 foram os critérios para a contratação de um engenheiro civil para a VISA, questionando os
413 papéis desse profissional. Alegou que a VISA necessita de farmacêuticos, técnicos de
414 alimentos, advogados e outros profissionais, devendo esses profissionais serem contratados
415 antes de contratar o engenheiro civil. A Sra. Francisca perguntou sobre a imunização dos
416 animais onde existem casos de raiva em morcegos, uma vez que muitas pessoas não tem
417 condições financeiras de pagarem uma vacina em clínicas particulares. Colocou sua
418 preocupação no combate a endemias, onde não existe uma boa comunicação entre os
419 agentes de saúde e os agentes de combate da dengue. Solicitou que os critérios de avaliação
420 que o supervisor de controle ambiental realiza fossem revistos, uma vez que ficara indignada
421 com os critérios que ali estavam. Falou sobre a necessidade de agentes de controle
422 ambiental, onde foram contratados em Campinas, como ajudantes de controle ambiental.
423 Afirmou que, enquanto os agentes realizam o trabalho de conscientização dos moradores,
424 os ajudantes fiscalizariam o entorno da residência, como calhas, telhados e ralos, o que não
425 ocorre. Alegou que os ajudantes de controle ambiental tem realizado o trabalho dos
426 agentes, sem receber por isso. Falou sobre a necessidade de discutir e punir aqueles que
427 possuem um comércio irregular em áreas habitacionais, onde se acumulam muito lixo e
428 entulho. Falou sobre a questão da falta de acesso às moradias de alto padrão. A Sra. Izabel
429 agradeceu, conhecendo o serviço e a Sra. Filomena, onde existe uma vontade de cada dia
430 melhorar ainda mais o serviço. Defendeu que a população tem que clamar, pois precisa
431 mudar a atual situação. Afirmou que nas reuniões de conselhos locais deveriam ser
432 discutidas pautas da VISA. Falou que os coordenadores das unidades deveriam apresentar as
433 necessidades de cada região, tal como a incidência de casos de dengue. Apontou que se
434 fossem trabalhados esses problemas, a VISA conseguiria ter uma atuação mais ampla. Falou
435 que vigilância em saúde é a saúde integral, pois trata de alimentação, doenças, transmissão.
436 Reclamou que não existe um retorno à população dos cursos realizados pelos profissionais.
437 Apontou que a comunicação da VISA é pobre, onde ocorrem investimentos sem resultados.
438 A Sra. Teresita perguntou sobre a intersectorialidade na questão de dengue. O Sr. Severino
439 manifestou o apoio à questão do PAM da VISA, pois tem uma importância grande na saúde
440 da população em geral. Falou que Campinas é grande e são muitas ações, devendo ocorrer a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



441 integração entre a VISA e o CEREST, devendo ter os mesmos tratamentos. Afirmou que os
442 governos começam e terminam, sendo que a saúde é para sempre, constante. O Sr. Emerson
443 falou sobre a situação política em que Campinas se encontra. Falou sobre a falta de recursos
444 humanos para a VISA. Afirmou que os técnicos da VISA ficaram chateados ao descobrir, que
445 dentro da SMS, está sendo discutido o pagamento de gratificações à alguns funcionários,
446 sem a anuência do CMS. A Sra. Filomena respondeu que encaminhará os pontos levantados
447 pela Sra. Francisca para a Comissão de Dengue e esclareceu que houve uma conversa com a
448 Câmara dos Vereadores e com o Ministério da Saúde a questão do agente do controle
449 ambiental. Falou que existe um cargo similar no Brasil, sendo o agente de controle de
450 endemias, porém não existe esse cargo público em Campinas. Respondeu que não muda
451 apenas o nome do cargo e sim as suas atribuições. Apontou que esses profissionais tem
452 realizado assembléias e o pleito de melhoria do piso. Concordou com a necessidade de
453 reavaliar os critérios adotados pelos supervisores e a forma de ação. Sobre a vacinação dos
454 animais, respondeu se tratar de um assunto complicado, pois houve um problema, em todo
455 o Brasil, com a falta de produção da vacina da raiva animal. Afirmou que existe uma nota do
456 Ministério da Saúde se comprometendo a regularizar o fornecimento dessa vacina, para dar
457 conta dessa demanda, porém ainda não existe um retorno, pois existe um problema na
458 tecnologia da produção de filtragem da vacina, causando muitas reações, inclusive o óbito
459 de alguns animais, sendo recolhida. Falou que são priorizadas as áreas com casos de raiva
460 em morcegos, realizando ações de bloqueio. Respondeu que a questão dos catadores é uma
461 questão muito importante e que existem projetos na VISA com os catadores “oficiais”,
462 ligados à alguma cooperativa. Respondeu que existe uma conversa com a Secretaria de
463 Trabalho e Renda, para a política do município. Falou que existem muitas pessoas que não
464 são catadoras e que entulham os recicláveis em suas casas, podendo acarretar na atração de
465 animais. Falou que, nessas situações de risco, a VISA deve ser acionada em forma de
466 denúncia. Sobre a fala da Sra. Izabel, concordou com a discussão das questões das VISAs nas
467 reuniões dos conselhos locais de saúde e exemplificou que a VISA participou de uma reunião
468 do conselho local de saúde do Centro de Saúde de Barão Geraldo para a criação de um plano
469 de ação contra a dengue naquele bairro, sendo extremamente produtivo. Concordou que as
470 dificuldades de acesso são nas casas de classe média-alta. Sobre as capacitações, alegou que
471 continuam sendo citadas no PAM e concordou que não é papel do CETS definir quais
472 capacitações serão realizadas, e sim do VISA, pois tem o conhecimento do assunto e de
473 quem procurar para esclarecer as suas dúvidas. Sobre o fato do CETS ter recusado alguns
474 cursos e eventos, explicou que a VISA não se enquadra nos critérios usados pela SMS como
475 um todo, com o entendimento que a VISA tem uma lógica diferente do resto da rede no caso
476 de capacitações. Em relação à política de gratificações de acordo com as funções de apoio
477 ou gestoras, esclareceu essa política vem seguindo uma lógica na SMS, que deverá ser
478 discutida na ocasião da pauta sobre recursos humanos, no CMS. Lembrou que essa questão
479 foi duramente criticada na Conferência Municipal de Saúde, onde pareceu que as pessoas
480 tem somente críticas a todos os gestores da saúde. Defendeu que deve ocorrer a discussão



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



481 sobre essa questão no CMS. Falou que existem discussões complicadas sobre as reformas
482 administrativas a serem feitas e que as mesmas devem ocorrer no espaço do controle social,
483 inclusive na questão das gratificações. Em regime de votação, o Conselho Municipal de
484 Saúde **APROVOU o Plano de Ações e Metas 2011 da Vigilância em Saúde (VISA)**, por
485 unanimidade. O Sr. Porsani encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos.
486 Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho
487 Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.